



O BRASIL E AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS EM SEUS PERÍODOS HISTÓRICOS

Alessandra Rodeiro Pereira¹
Marcelo Pereira Souza²

RESUMO

A história da colonização europeia moderna marca o Brasil durante seus três primeiros séculos à atividade de expansão comercial e colonial. As determinações históricas do Brasil-Colonial demonstram-se intimamente ligadas aos mecanismos conjunturais da política imperial, observando-se que uma não-representatividade popular configura nas tradições de teor mercantilista, absolutista e de imperialismo português. Um aprofundamento sociológico na liberdade relativa que é proporcionada as elites nos trâmites estatais, uma reflexão sugerida à luz da legitimidade identitária e das mazelas que integram o binômio elite-Estado, haja vista que o equilíbrio europeu dar-se-á no quadro das grandes competições, bem como nos contextos da economia, da política e do poder. Não obstante, O presente artigo reproduz o caminho do modo como ocorrera e, como ainda ocorrem às influências e/ou interferências de outros Estados-Nação na condução das políticas no Brasil. Para discorrer sobre a temática, serão analisados os principais aspectos históricos nos períodos da colônia, Império, República e nos sistemas políticos até os dias atuais, traçando para cada um desses marcos temporais, respectivamente, seu cenário sociopolítico e econômico. Do ponto de vista metodológico, a produção deste artigo conta com uma revisão de literatura alinhada ao universo sociológico, para tanto, foram selecionadas obras clássicas, contemporâneas e produções acadêmicas que pudessem contribuir com a corroboração sociológica proposta.

Palavras-chave: Brasil. Elites. Política. Interferência Internacional.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Professora no Magistério do Estado de Sergipe. E-mail: alerodeiro@outlook.com.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Pesquisador do Grupo de Pesquisas sobre Processos Identitários e Relações de Poder (GEPPIP/UFS). E-mail: marcelo_souzaadm@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O Estado sendo produto de uma crença coletiva, tem o que se chama de meta o “poder”, capaz de intervir em diferentes campos; é objeto de concorrência entre agentes interessados em fazer com que seu ponto de vista prevaleça como o legítimo, ocorrendo também essa disputa entre nações (BURDIEU, 1997). Ao estudar a história do nosso país, percebemos que muitos foram os Estados envolvidos em seu processo de formação, desde a nossa fase inicial que coincidiu com a expansão marítima europeia, suas disputas e seus domínios. O percurso que nos levou até os dias atuais, apresenta muitos fatos históricos que tiveram como agentes propulsores outros Estados-Nação.

Torna-se esclarecedor o poder histórico, político e econômico calcado sobre o desenho de uma metrópole quanto ao desdobramento da colonização e do sistema colonial, em pauta, o monopólio da classe mercantil portuguesa sobre o Brasil que elucida a razão de ser, o sentido entre a parceria Estado-empresa e a contribuição do capitalismo para e a partir do Estado. A colonização europeia, no Brasil, em sua essência, demonstra o sentido puramente comercial, bem como traços marcantes na agricultura tropical que se perdura na contemporaneidade. As “raízes” do colonizador parecem inevitáveis na terra do colonizado, pois, ainda que este busque um modelo estrutural diferente, ainda assim, terá o laço sanguíneo daquele. Dessa forma, seria uma utopia imaginar o rompimento da reprodução ideológica com o colonizador.

Dessa forma, a identidade nacional do Brasil constitui o sentimento de pertencimento de um Estado-Nação, pois os símbolos nacionais representam a continuidade histórica dos heróis e dos heroísmos estabelecidos ao longo das lutas de dominação e poder travadas entre ideologias, épocas, governantes e as representações oficiais como o hino e a bandeira. Não obstante, a sociologia histórica nos elucida a “história genética” proposta por Bourdieu ao apontar a gênese do Estado por se apresentar como descrição de um modelo de inteligibilidade de fatos históricos (BEZERRA, 2015).

A problemática do presente artigo, desenvolve-se em torno de como aconteceram, e ainda acontecem as influências ou interferências desses Estados-Nação na condução das políticas no Brasil. Considerando tal posição, analisar-se-á alguns dos principais aspectos históricos que revelaram tais influências e, do mesmo

modo, as lógicas de cada evento citado nos períodos da Colônia, Império, República e dias atuais, traçando para cada um seu cenário sociopolítico e econômico. Não obstante, serão desenvolvidos conteúdos acerca do Estado brasileiro, analisando a partir do pensamento sociológico a interpretação e o simbolismo da Elite Colonial e sua herança durante a construção política e estrutural do Brasil.

1. PRESSUPOSTOS DA COLÔNIA

A formação do Estado brasileiro deu-se de um lado pela aliança entre rei e burocracia e do outro pelo comércio com a agricultura a partir da magistratura. Foi através do convencimento do Estado quanto a implantação da monarquia como modelo governamental proposto aos agricultores, leia-se as camadas dominantes, que ocorre a acumulação do capital. A homogeneidade ideológica caracteriza a elite política existente no marco da independência brasileira. Os setores sociais dominantes era campo de recrutamento dessa elite que buscava amenizar os conflitos internos entre a própria classe (BOURDIEU, 1997, BEZERRA, 2015).

O Brasil já atendia bem a esses interesses, a saber da exploração do pau-brasil, metais e pedras preciosas, cana de açúcar e outras culturas, sempre contando com o trabalho servil e escravo, que potencializava seus lucros. Em contrapartida, a metrópole garantia a defesa das terras frente a ataques de outros povos. Os índios, que aqui já se encontravam quando da chegada dos portugueses, foram surpreendidos com tanta informação: costumes dos novos moradores, a imposição da religião católica pelos jesuítas, o desafio da língua a ser aos poucos aprendida e os braços da elite portuguesa que se instalaram aqui num processo de povoamento para defesa do território e trabalho sistemático. Tudo isso se constitui numa influência natural da metrópole dentro da relação com a colônia (NOVAIS, 1969).

O avanço econômico dos Estados modernos se dava a partir de uma expansão comercial e colonial; nesta fase a função histórica das colônias era atender a economia capitalista da época, a partir do monopólio do comércio e exploração de riquezas nessas novas terras, proporcionando a acumulação de

capital para a metrópole. As duas formas de colonização tornam-se coexistentes, pois a empresa ultramarina europeia não elimina o caráter de exploração comercial, mesmo diante do desdobramento complexo da colonização. A característica mercantilista marca a tipologia econômica das áreas coloniais: são os tempos modernos surgindo a partir da expansão marítimo-comercial europeia (NOVAES, 1971).

A sociedade colonial já não se satisfazia mais com o domínio português, questionava a centralização do poder português, os altos impostos e o monopólio comercial que puxava os preços dos produtos para baixo, limitado os ganhos dos que aqui trabalhavam. Pressões pela independência começavam a acontecer (JURT, 2012).

Segundo Novaes (1971) é na história da colonização europeia moderna que o Brasil marca posição durante seus três primeiros séculos à atividade de expansão comercial e colonial. As determinações históricas do Brasil-colonial demonstram-se intimamente ligadas aos mecanismos conjunturais da política imperial lusitana, afinal o equilíbrio europeu dar-se-á no quadro das grandes competições, como a expansão ultramarina, bem como nos contextos da economia, da política fiscal e do poder. Proteger e administrar o território brasileiro, através das capitanias hereditárias, foi a forma criada pelo rei D. João III em 1534 para assegurar o poder sobre o direito a exploração dos recursos na configuração hereditária.

Para tanto, uma das preocupações dos Estados colonizadores é resguardar seu império colonial em face às demais potências, tem-se nesse momento a metrópole controlando o espaço colonizado por meio do mecanismo administrativo – uma unificação entre poder e estado. Assim, Novaes define o monopólio do sistema colonial como uma “medula do sistema”, pois

é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido. [...] em torno da preservação desse privilégio, assumido inteiramente pelo Estado, ou reservado à classe mercantilista, que a colonização incorporou da expansão comercial, da qual foi um desdobramento (NOVAES, 1971, p. 51).

A importância da superação das barreiras no fortalecimento da burguesia e das camadas urbanas a partir do desenvolvimento mercantil retrata um cenário que

com efeito, o renascimento do comércio, vigorosamente consolidado a partir do século XI, intensifica o ritmo das atividades econômicas no curso de toda a segunda Idade Média; entretanto, no final do período, sobretudo a partir do século XIV, uma série de fatores internos e externos põem em xeque a possibilidade de se prosseguir na linha de desenvolvimento econômico, desencadeando um conjunto de tensões, através das quais se criam condições, ao mesmo tempo, para as mudanças na organização política europeia e para a abertura de novas rotas e conquistas de maiores mercados (NOVAES, 1971, p. 48).

Nesta abordagem, o antigo sistema colonial funcionara como um mecanismo da expansão econômica mercantil europeia, sendo os interesses da burguesia o ponto fulcral da atividade colonial, com apoio dos novos estados modernos (Portugal, Espanha, Países-Baixos, França, Inglaterra) do século XV ao XVII. Contudo, o modelo de exploração mercantil implantado abriu espaço para a forma como se organiza a vida econômica nas áreas coloniais. A tentativa de livre acesso na dominação econômica ganha força na teoria de sistemas-mundo proposta por Immanuel Wallerstein, os países fortes, vistos do ponto de vista econômico, buscam a hegemonia em escala global através da conquista colonial (STEINMENTZ, 2008).

No cenário dos poderes, o executivo, através da aprovação de orçamento, buscava o acúmulo do poder com a arrecadação, enquanto que em vetor contrário, o legislativo, uma vez representando os proprietários de fazendas, firmava uma luta oposta ao emprego da taxação. No tocante ao empoderamento do poder pelo Estado sobre o poder econômico, demonstram-se preocupações estruturalistas via setor agrário, a construção de estradas de ferro e engenhos centrais. Para a compreensão do que seria o estado à luz do colonialismo, Bourdieu entra em cena para definir a figura do estado como um fetiche político, uma concepção soberana de território legitimada, um produto da crença política e jurídica de um agrupamento humano, um poder simbólico que organiza a vida social através das estruturas cognitivas, a representação de um mundo social a partir dos *habitus* do colonialismo e da violência simbólica (STEINMENTZ, 2014).

Com o fim da colônia, a elite brasileira ascende, questões como a escravidão, a imigração e tantos outros fatores sociais são cobrados em nível de resolução quanto aos conflitos gerados, ao mesmo tempo em que o Estado é cobrado pela manutenção, sua estrutura é questionada quanto a centralidade, a moderação e a intervenção: o não liberal enraizado em uma dubiedade. A

defasagem entre teoria e prática recolocava-se quando o assunto era o liberalismo político. “Todos defendiam as liberdades públicas e o parlamento, funcionando a Inglaterra, mais uma vez, como o modelo ideal. Contudo, na prática, apoiavam o Poder Moderador e não aceitavam o sufrágio universal” (CARVALHO, 2007, p. 342).

Deste modo, as discussões centralizadas no debate acerca da colonização, nos revela um mundo de paradigmas durante o mapeamento do processo de dominação. Emerge um olhar para além de uma visão demasiadamente simples, uma percepção expansionista comercial europeia com forte impacto na formação social do Brasil. Apesar do objetivo inicialmente não ter sido seu povoamento, diferente das colônias da América Espanhola, houve, a partir do descobrimento de riquezas a produção exportadora: tudo que se produzia era enviado e controlado por Portugal. O país, a partir de então se tornara a empresa comercial exportando para a economia europeia (NOVAES, 1971).

A teatralização é evidenciada no debate para justificar o modelo articulador que integrava a monarquia e os grandes proprietários, um poder burocrático e de pertencimento que estava diretamente ligado à figura do rei. Assim, seu poder era legítimo, um árbitro nas relações práticas que compunham o ambiente da elite. Esta por sua vez, contribuía para o fortalecimento do Estado, depositando na esperança projetada, a forma mais contundente de configuração econômica e social da personificação imperiosa e mantenedora daquele. Contudo, “quando se tratava de efetivar medidas econômicas concretas, geralmente prevalecia o protecionismo e o intervencionismo. Diziam que a realidade brasileira ainda não se adaptava aos mandamentos da teoria” (CARVALHO, 2007, p. 339).

Não se pode negar, entretanto, que o movimento colonizador é visto como a integração de um sistema econômico que compõe a ação estatal moderna. Trata-se do institucionalismo feudal europeu que vislumbra a ultrapassagem do liame geográfico continental, um modelo de enriquecimento burguês amparado pela política econômica mercantilista. “A primeira preocupação dos Estados colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial face às demais potências; a administração se fará a partir da metrópole, e a preocupação final dominará todo o mecanismo administrativo” (NOVAES, 1971, p. 51).

2. INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NO IMPÉRIO

A monarquia surge com a independência em 1822; o príncipe coroado no ano seguinte representava a liberdade comercial que tanto desejava a sociedade. Por outro lado, as estruturas sociais e econômica continuavam a existir mesmo com a independência, o que revelava uma herança portuguesa que se consolidou. D. Pedro representava o passado português e, ao mesmo tempo, a emancipação do Brasil para um Estado autônomo e livre (JURT, 2012).

Mas, para a formação de um Estado-Nação, há alguns elementos a serem considerados. Jurt (2012) nos ajuda a entender essa construção: a fim de fazer nascer um sentimento de pertencimento e uma identidade política os estados-nação se utilizam de símbolos nacionais que podem ser personalidades heroicas, a língua, a cultura, o folclore, o patrimônio histórico, o hino (que reforça o sentimento de união), a bandeira (que representa valores com seus desenhos e cores), entre outros.

No Brasil, o rei representava a identidade política e a integração de uma comunidade nacional. Logo D. Pedro I solicita ao artista Jean Debret que criasse a bandeira nacional, com as cores que representavam a dinastia da família dele e da esposa; o brasão apresentava a forma típica da Coroa Imperial, as 20 estrelas que remetiam às 20 províncias e os ramos que lembravam a atividade econômica. O hino da época fora composto pelo rei e por Evaristo da Veiga; era uma marcha patriótica. Tudo isso se traduz num esforço a fim de buscar a consolidação do Estado. (JURT, 2012). Percebe-se claramente a influência portuguesa associada à sua história de formação, contemplando também sua organização política e econômica.

A igreja também foi aliada e exerceu influência, mantendo viva a essência de Portugal através da fundação de colégios que fortalecia as elites, reproduzindo sua força, estando assim a serviço da Coroa (CARVALHO, 2003).

Importante também observar que foi o positivismo presente na formação militar desde 1850 que deu aos militares a perspectiva filosófica que lhes permitiu articular intelectualmente oposição política à elite civil (CARVALHO, 2003).

Nessa fase histórica, além da já constatada influência de Portugal, percebe-se a forte interferência de outro estado-nação por aqui. A Inglaterra, que era

potência econômica, passou a condicionar o reconhecimento da independência do Brasil à abolição da escravidão, ameaçando invasão, pois estava respaldada em acordos internacionais que tratavam desse assunto. A Inglaterra queria aumentar o consumo de seus produtos no Brasil e o trabalho escravo não gerava renda que possibilitasse seus objetivos. O rei sabia que resolver esse impasse era uma necessidade urgente, mas o país não estava pronto para trocar a mão de obra escrava pela assalariada repentinamente; precisou então de um período de ajuste, incentivando aos poucos a vinda de imigrantes para a força de trabalho e lançando leis abolicionistas parciais – como a do Ventre Livre e a do Sexagenário. Muitos eram os que não aceitavam o fim da escravidão sendo comuns conflitos e guerras; os militares então passaram a ser necessários e valorizados, tornando-se parte da elite que defendia ideias republicanas e positivistas, embora estivessem a serviço do Império. (JURT, 2012).

Lynch (2011) escreve: “a vontade da nação passou a significar as vontades das províncias, ou melhor, das suas elites”. Para a elite da época a democracia seria um caminho usado para atacar o que lhes causava desconforto: o poder moderar, a centralização” O rei se enfraquecia cada vez mais sem o apoio necessário.

3. INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NO PERÍODO REPUBLICANO

Segundo Conniff, as sociedades organizadas se utilizam das elites para gerenciamento e tomada de decisões no tocante ao bem público. O autor se apodera do golpe republicano ocorrido em 1889 para elucidar as tradições políticas que habitam no Brasil desde a monarquia hereditária. Do ponto de vista do longo prazo, o eleitorado se expandia conforme as eleições se tornavam crescentes, em contrapartida, processos democráticos não se aplicam a contextos *latu sensu*, tendo em vista que os cargos mais altos eram preenchidos pela “pequena” elite, isto é, tratava-se de um poder que selecionava líderes para cargos de cunho estratégico, uma tentativa da elite se manter no poder.

Em 1889, um ano após a abolição da escravidão, chega ao fim o período imperial, a partir de um golpe planejado nos diferentes setores da elite. Quem queria

escravidão voltou-se contra o Império, mas a República não resgataria tal forma de trabalho. Num primeiro momento, a Marselhesa foi amplamente entoada, pois era um símbolo universal de liberdade, o que demonstra a influência dos ideais franceses. O hino nacional permaneceu inalterado, mas os positivistas apresentaram uma nova bandeira nacional que fazia referência às características locais e à nova ideologia com o lema “Ordem e Progresso” como se apresenta até hoje. Tal frase passaria a ideia de haver um programa político e econômico com vistas ao progresso a partir de Estado ordeiro (JURT, 2012).

O nome do Brasil passou a ser República dos Estados Unidos do Brasil e a constituição de 1891 seguia o modelo americano, o que também revelava a influência americana na construção jurídica brasileira.

O início da República foi de enfrentamento a muitos problemas sociais como o aumento do número de negros sem trabalho, falta de moradia e estrutura, custo de vida alto, doenças. Tudo isso forçou o presidente Campos Sales a desenvolver políticas de saneamento básico e saúde pública muito questionadas na época, por seu caráter imperativo e até violento, tendo sido objeto da Revolta da Vacina. (CARVALHO, 2004). O povo sentia-se afastado, dissociado da política uma vez que só poderia votar os alfabetizados com mais de 18 anos e para assumir cargo eletivo era necessário ter nível superior além de ser aliado à parentela (PEREIRA DE QUEIROZ, 1975). Tais exigências inviabilizaram a participação popular.

Mas, com a proclamação da República, o Brasil se fortalece economicamente e, com o tempo, vai se libertando da Inglaterra. No entanto, também começa a se relacionar com os Estados Unidos, estreitando acordos comerciais por conta do agronegócio. Nascia uma conexão de interferência econômica e ideológica que se ampliava através de investimentos de capital nas áreas de telecomunicações, indústria, comércio e transporte (CARVALHO, 2002).

Oportuno se faz falar do período pós-segunda e guerra mundial, especificamente, da chamada Escola de Chicago, que passou a difundir, através de professores e alunos que faziam intercâmbio dentro das universidades ideias neoliberais que se tornaram fortes em muitos países, as quais pregavam o não intervencionismo estatal, a eficácia administrativa e redução de custos, principalmente (DEZALAY & GART, 2000).

Destacando o período do golpe de 1964, a interferência norte americana no Brasil se revelou precisa: os EUA, a fim de defender o sistema capitalista do comunismo, no qual era o maior representante, resolve apoiar o golpe disponibilizando um plano de interferência que seria efetivado em caso de resistência, que contava com um porta-aviões em Santos, agentes da CIA espalhados pelo país, além de outros recursos. Os militares e a elite que os apoiava sentiram-se encorajados a seguir com seus intentos: enfim chegaram ao poder. (CARVALHO, 2014). Viveu-se um paradoxo nessa época, com repressão política violenta e crescimento econômico com ampliação de direitos sociais (CARVALHO, 2002).

Importante destacar que no período militar acontece uma ampliação do Estado e de sua atuação com a construção de aeroportos, usinas nucleares, estradas, etc. É nesse contexto de crescimento e ganhos sociais que as empresas tiravam proveito da burocracia estatal, dos encaminhamentos políticos e econômicos, como afirma Bezerra (2007) “participando ativamente na construção do Estado”, que para ter trabalho passava a financiar políticos através de doações legais ou caixa 2, com aparente legalidade.

A intervenção do Banco Mundial no Brasil nas questões educacionais do Brasil vem desde a década de 70, conjugadas também ao aspecto econômico. O Banco Mundial agindo como agente financiador dos diferentes programas e intervenções educacionais e os organismos internacionais, como a UNESCO e o PNUD, cuidando de diretrizes para organizam o planejamento educacional.

Avançando um pouco mais na história, chegamos ao governo de Fernando Henrique Cardoso, que para atender ao paradigma neoliberal adotado pelo mundo capitalista, capitaneado pelos EUA, aceita as regras do Banco Mundial e adere a uma proposta de programa educacional para combater o analfabetismo e melhorar os índices da educação básica no Brasil. É que no panorama da época as políticas educacionais desenvolvidas nos países passaram a ser estratégias para combater crises que com frequência abalavam o sistema capitalista; estar engajado nesse desafio credenciava o país a participar de outras agendas internacionais. Os economistas acreditavam, em sua maioria, que para promover o mercado, precisam de instituições fortes e de legitimidade internacional. Assim, foi celebrado o convênio que incluía cooperação técnica com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento) e pretendia incorporar uma cultura gerencial nas escolas e secretarias de educação com a descentralização da gestão e de recursos, dentro de uma autonomia assistida e fiscalizada por órgãos competentes, além de investimentos na formação dos professores e adequação dos prédios escolares. Nascia o FUNDESCOLA, com atuação no norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões onde estão os piores índices de desenvolvimento humano. (BARAÚNA, 2009). O citado programa não considerou a diversidade dentro de um país com dimensões continentais, o clientelismo político de indicações de pessoas a cargos públicos e a descontinuidade das políticas após cada governo/eleição.

No governo Lula, o programa não teve continuidade. Viana (2007) explica que esse governo caracterizou-se por desenvolver internamente uma organização paralela onde classes, frações de classes e segmentos sociais tinham voz e oportunidade no processo de deliberação de políticas públicas que diretamente os afetavam e que para conflitos de interesses o presidente arbitra e decide. Ainda de acordo com o autor, seria uma tentativa de gerar justiça social sem quebrar os laços com as elites.

Foi em 2005, no Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, que o presidente Lula tomou conhecimento do projeto One Laptop per Child, (OLPC) que nasceu em Massachusetts, EUA, e previa disponibilizar um computador por aluno visando melhorar o aprendizado, tendo como amparo pedagógico a Teoria Construtivista. Países em desenvolvimento poderiam adquirir o equipamento por U\$100 cada. Após muitos debates, em 2010, a lei 12.249/10, torna o Programa Um Computador Por Aluno estabelecido com o objetivo de

“promover a inclusão digital, nas escolas públicas do ensino federal, estadual, distrital e municipal, ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles instalados, e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento” (BRASIL, 2010).

Não obstante, com a chegada da primeira república, o coronelismo exerceu o poder sobre o voto, eis uma nova tentativa camuflada de fortalecimento da “camada” dos privilegiados. Era a dominação política do turno indireto, a “sociologia rural”, o comando nas mãos de algumas famílias, um “cartel” dos “mandonistas” brasileiros. Assim, Queiroz (1968) define o voto de cabresto como um voto consciente, porém com uma orientação diversa: um bem de troca.

Além disso, a figura do coronel transcendia os parentescos, angariando o laço espiritual a parentela dava continuidade ao “trono”, sendo seu ambiente germinador as vilas. A somatização do controle econômico dos demais indivíduos lhe proporcionava vantagens tidas como devidas, legitimava a sua onipotência, pois ainda que a tranquilidade alheia não aparentasse fora do controle, a sua tranquilidade era assegurada (HEINZ, 2006).

A gestão governamental do republicanismo era, assim vista, como desafiadora no tocante a nação heterogênea, em virtude dos conflitos ocorridos, dos interesses representativos que transcenderam as oligarquias agrárias, configurando uma análise a luz do culturalismo. Tem-se uma reação da identidade cidadã que alcança um marco idealista: os direitos políticos.

4. DIAGNÓSTICO POLÍTICO

A história da expansão ultramarina e a exploração colonial portuguesa representa um sistema de colonização moderna, organizada e processada pelo campo econômico e social do Brasil na sua fase histórica inicial, a expansão comercial e marítima postulou a centralização do poder como fator essencialista do Estado metropolitano, uma estrutura monopolista do sistema colonial que se inicia na colonização agrícola, processando a expansão marítima nas condições histórico-econômicas (NOVAES, 1969). Para a elite colonial, o governo dos iguais deixava de ser bom quando estendido aos desiguais, ou seja, aos pobres (“o povo mecânico”), ou pior ainda, aos escravos (LYNCH, 2011, p. 362).

O coronelismo urge como uma forma específica de poder político no Brasil, florescido durante a República - suas raízes se conectam às do Império, por outro ângulo, os municípios atuavam com a herança feudal política, para além de uma configuração formal, a informalidade que se perdura na constituição brasileira de 1891, quando a perspectiva de direito ao voto ao cidadão brasileiro nato ou naturalizado, fazendo nada mais que aumentar o eleitorado citadino ou rural em prol do mantenedor padrão político existente (QUEIROZ, 1976). “Do falseamento da eleição derivam-se todas as nossas dificuldades políticas, bem como do

trabalho escravo todos os nossos atrasos industriais” (Nabuco de Araújo, 1979:44, apud LYNCH, 2011, p. 381).

Embora, após 1930 a capacidade de organização tenha enfraquecido, entretanto, a fidelidade familiar como uma organização na vida política é representada pelos grupos e redes de base familiar na direção da mobilização política. Não obstante, as elites locais exerciam influências sobre a instituição do júri, inclusive nos crimes de cunho vingativo familiar nos anos de 1920, demarcado, a exemplo em João Pessoa na Paraíba, sendo o coronelismo um sobrevivente do poder de base familiar na Paraíba e no Nordeste do Brasil, em tela destaca-se a luta de família entre os Suassuna e os Maías (LEWIN, 1993).

Os patriotas não se lembram do bem público, lembram-se de sua fortuna particular: não têm pena dos vossos males; têm inveja dos vossos bens. São Robespierres e Marats”. A Revolução Pernambucana de 1817 não passava, em suma, uma “rebelião de demagogos” (Silva, 1978:159, apud LYNCH, 2011, p. 362).

Foram os atores e autores políticos que conceberam, de modo restrito, quem pertencia à nação ou ao povo soberano, quem poderia representar legitimamente o Estado, uma espécie de concepção aristocrática de democratização que se formulava da concepção senhorial composta pelas elites desde a independência do Brasil (LYNCH, 2011).

Internamente heterogêneas, a parentela brasileira, era formada de grupos familiares, de diversa forma, compondo uma hierarquia que revelava o poder econômico e político (QUEIROZ, 1976; REINZ, 2006). O papel da organização de parentesco da elite no Império e na República serviu para restringir o acesso ao controle dos cargos públicos e à patronagem material aos mais altos escalões da sociedade (LEWIN, 1993).

Não obstante, mudanças no comportamento do cenário sociopolítico brasileiro é apresentado por Dezalay e Garth como um Estado mantido pelo padrão necessário de elites cosmopolitas, pois, a formação de novas alianças com as pessoas que eram responsáveis por um trabalho técnico era de certa forma, para as elites, uma fonte de controlar o poder político e econômico. Segundo Loureiro e Abrucio (Pg. 70),

"A constituição de uma burocracia de mérito e com certo grau de autonomia é, sim, essencial no Estado moderno, mas suas ações devem ser monitoradas pelo sistema representativo, cabendo aos políticos fazer

a ponte entre as decisões burocráticas e os interesses por eles representados".

Outrora ao golpe republicano, no Brasil, os cargos mais elevados eram reservados a uma pequena elite a qual era composta pela monarquia hereditária e seus assessores. Com a constituição de 1891 o Brasil passa a exercer eleições para os postos do executivo e legislativo, um sistema democrático que seria aperfeiçoado pela história política no século XX para a seletividade de líderes. Com a “política dos governadores”, o presidente Campos Sales (1898-1902) reconhece através do sistema criado que a delegação no congresso era controlada pelos governadores, medida que cabia a decisão na área financeira ao presidente enquanto autoridade absoluta. Não obstante, outro padrão de recrutamento das elites se evidencia na política dos coronéis e coronelismo, quando as patentes militares honoríficas eram ostentadas para se estabelecer vínculos de apoio governamental estatal (CONNIFF apud HEINZ, 2006).

O loteamento dos principais postos governamentais no presidencialismo brasileiro é a forma mais utilizada para obtenção de apoio parlamentar, a barganha de cargos auxilia na capacidade de controle e delegações de funções, tratando-se de uma engenharia complexa, afinal a administração pública foi montada a partir de cargos e não de carreiras, tão logo, o caráter estratégico político-institucional aberto à nomeação política constitui a lógica de provimento do alto escalão no Estado brasileiro (ABRUCIO, LOUREIRO, 1999).

A escolha técnica é apontada como meio de ocupação dos cargos governamentais, bem como o pressuposto da “politicagem” para que os indivíduos tidos como indicados se mantenham no governo. São as amarras que perpassam pelo presidencialismo que favorece a troca de favores: as indicações para indivíduos assumirem posições no governo. Dezalay e Garth (p. 163) definem esses novos membros como, “técnico-políticos que combinam conhecimento técnico sofisticado com sensibilidade política”. No presidencialismo, a distribuição de cargos corrobora para a manutenção dos cargos políticos, inclusive no contexto burocrático. Nesta vertente, são as relações pessoais que comandam a indicação para a ocupação de cargos técnicos, tendo em vista, ainda a necessidade de apresentação da habilidade técnica pelo indivíduo para a possível ocupação.

A socialização entre os personagens que compunham essa elite refletia na estabilidade governamental, um “grupo” com o objetivo de forjar a nação através da continuidade do simbolismo monárquico (BEZERRA, 2007). Nos discursos políticos são gerados culpados e heróis no momento em que atores nos envolvem em debates que dividem a opinião pública (BEZERRA, 2017, p. 2). O interesse nas relações políticas transcende o objeto fulcral do processo orçamentário, o “apoio político” no tocante as disputas eleitorais, torna a corrupção indissociável do “funcionamento sócio-político global” (MORICE, 1991, P. 171).

As representatividades dos interesses de um povo em face às tensões oriundas no governo da época, além da oposição das classes dominantes, configuram a predominância de conflitos, principalmente do ideário vindo da elite que buscava o ajuste e desajuste social no país com base nos próprios interesses, uma sociedade escravista, agrária e analfabeta dirigida pela cosmopolita elite que se espelhava no modelo europeu de se “adestrar” a civilização, um modelo mantenedor da política do sistema. Apesar da primeira preocupação dos estados colonizadores ter sido resguardar seu império colonial, a medula do sistema apresenta-se no monopólio do comércio colonial (NOVAES, 1969, p. 51).

5. A HERANÇA DE UM ESTADO-NAÇÃO

No Brasil, o lema “Ordem e Progresso” impunha uma impressão simbólica na política, um Estado-nação representado por uma bandeira que evoca o sol da liberdade com o grito do Ipiranga, isto é um sentimento de pertencimento do reconhecimento humano na humanidade através de direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, um enraizamento simbólico de acesso e de exercício do direito. O exercício da cidadania nas sociedades contemporâneas torna-se indissociável comparado às sociedades de coesão social, além das complexas identificações étnicas (SANTOS, 1979; VIDAL, 2003).

Forjada pela escravidão, em seguida pela chegada de imigrantes europeus e asiáticos, as disparidades culturais conduzem as classes dirigentes a se unirem em um “nacionalismo de Estado”, cujo corolário é a reconstrução da sociedade: já que a organização do trabalho nos latifúndios incorpora continuamente

estrangeiros, desestruturando o corpus social, os altos funcionários, os letrados, os intendentos — a *intelligentsia* estatal e paraestatal [...] — se advogam a missão histórica de civilizar a nação (ALENCASTRO, 2006, p. 382, apud JURT, 2012, p. 486). Era a acomodação da monarquia adaptada as circunstâncias locais, a tendência de um governo democrático no império constitucional (LYNCH, 2011). O código igualitário e o código hierárquico de DaMatta na visão de Vidal (2003) confrontam as mudanças a nível de representação social e político na configuração do princípio hierárquico e a ideia de igualdade.

Quando dizemos povo, claro está que não falamos da massa ignorante, ou destituída de interesse na ordem social, que os demagogos adulam e de que fazem o objeto de suas especulações; mas sim dos homens pensantes, honestos e que nada tendo a ganhar na anarquia olham para qualquer aparência de menosprezo que se note a respeito da Nação, do seu decoro e prosperidade. (BASILE, 2001:53, apud LYNH, 2011, p. 376)

A homogeneidade ideológica caracteriza a elite política existente no marco da independência brasileira. Os setores sociais dominantes era campo de recrutamento dessa elite que buscava amenizar os conflitos internos entre a própria classe. A socialização entre os personagens que compunham essa elite refletia na estabilidade governamental, um “grupo” com o objetivo de forjar a nação através da continuidade do simbolismo monárquico. Não obstante, os coronéis mantinham a paz local por meio das eleições fraudulentas para os candidatos aos postos de governadores, uma missão que ainda contava com jagunços em suas milícias estaduais. Coronéis e aliados conduziam seus empregados no dia da votação para assegurar a procedência do acordo entre esses homens quanto a instrução do voto que se dava oralmente e em público, sendo pago posteriormente essa troca de favores como bebida alcoólica, comida festas e dinheiro (CONNIFF apud HEINZ, 2006).

Ao se analisar a transição do Estado Dinástico para o Estado “mais Despersonalizado”, a corrupção é introduzida como um fenômeno na formação do Estado moderno, visto que a gênese do Estado seria um processo de diferenciação, a produção de novos dirigentes, a concentração do poder pelo rei e a delegação de poder a agentes interdependentes, na medida em que controlam informações, recursos e executam direitos, passam a se utilizarem dos benefícios produzidos pela rede de acesso, tornando-se autores da corrupção nos desvios do uso de poder uma vez introduzindo a lógica da prevalência da não razão estrutural

do estado. A perda de convicção no Estado como promotor do justo e do bem comum favorece as apropriações e usos inadequados de seus poderes. (BEZERRA, 2015, p. 495).

Uma república brasileira, proclamando a liberdade e a igualdade, nunca poderia deixar de produzir o contraste burlesco de se ver um pequeno número de homens brancos envoltos em cambraias e tafetás, conduzido sem palanquins ou redes, por pretos de pés descalços, que se compram, vendem, alugam e açoitam liberal e constitucionalmente, como as mulas, machos e cavalos. (MELLO, 2004:15-16, apud LUNCH, 2011, p: 369)

Na saga de desmistificar o vínculo da corrupção no cotidiano, as perspectivas e análises das obras autorais de Bezerra (1995 e 1999), Blundo e Sardan (2001), Haller e Shore (2005), Smith (2007) e Das (2015) enaltecem a tese de sustentação da corrupção no Estado. Apresentadas como excepcionalidades, pelo próprio governo e pelos meios de comunicação, as transações que envolvem o Estado e que são denunciadas nos “casos de corrupção” integram, contudo, as atividades que garantem a sua funcionalidade (BEZERRA, 2015, p. 127).

Seria apropriado para as Elites governar a partir do recrutamento do seu próprio colegiado, procedendo com um regime ordeiro e estável. Sendo sábios e sensíveis aos anseios públicos, tais líderes representam um regime para além dos já eleitos, principalmente, ao emprestar apoio autocrático a instituições como Igrejas, o Exército, a burocracia e as associações profissionais quando da troca de garantias e privilégios institucionais (CONNIFF apud HEINZ, 2006).

Em vez de um Estado “pesado”, as preferências das elites urgem em direção a um Estado neoliberal, explicação consolidada pelo modelo de governo técnico- político, isto é, uma combinação do conhecimento técnico sofisticado com sensibilidade política, sendo seus principais exemplos, no Brasil, Pedro Marlan e Fernando Henrique Cardoso (DEZALAY; GARTH, 2002). “Pode-se afirmar que a carreira não é fonte “natural” de poder, isto é, ela sozinha não dá a seus membros acesso automático aos cargos de direção, senão quando associada a critérios políticos” (ABRUCIO, LOUREIRO, 1999, p.81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que no mundo capitalista há como protagonistas os Estados-nação de economia forte e, como elenco de apoio, os Estados-nação aliados, com economia em desenvolvimento, a dinâmica de influência e interferência mútua é parte intrínseca desse processo de relação, apesar das economias fortes estarem em vantagem e ditarem as regras mais significativas de atuação com maior eficiência, por conta de seu poder econômico. Em cada período histórico brasileiro, tal constatação ficou evidente: o país sempre respondeu e responde aos interesses vigentes por seu enquadramento econômico.

Com efeito, não há como desprezar os paradigmas econômicos e as agendas internacionais, há que se fortalecer frente a essas influências e interferências a partir de uma construção de um novo campo burocrático, como explica Loureiro & Abrúcio (1999), a burocracia de mérito e com certo grau de autonomia é essencial hoje, mas suas ações devem ser acompanhadas pelo sistema representativo, cabendo aos políticos fazer a ponte entre as decisões burocráticas e os interesses por eles representados.

Sobre a descontinuidade das políticas públicas, Buarque (2007) declara:

Na educação, a cada governo – às vezes até dentro do mesmo governo – projetos iniciados são interrompidos, ou substituídos. Falta continuidade de ano para outro, de uma geração para outra, o que termina inviabilizando todos os projetos que necessitam de tempo para sua maturação.

Briquet (2017) cita Bourdieu ao indicar a competência política como essencial nessa dinâmica: “[...] a capacidade maior ou menor de reconhecer a questão política como política e de tratá-la como tal, respondendo a ela politicamente; isto é, a partir de princípios propriamente políticos” (BOURDIEU, 1979 apud BRIQUET, 2017).

Destarte, a modalidade colonizadora europeia na época moderna, distingue-se da realizada pelos portugueses, pois enquanto estes propõem o entreposto na linha do litoral atlântico africano e índia desde o século XV, aquele se configura em outras nuances desta empresa de exploração comercial, pois aqui se tem uma atividade colonizadora voltada para a ocupação e utilização das ilhas do atlântico, o desenvolvimento em larga escala, a valorização econômica e o povoamento da América.

As discussões que circundam as Elites sugerem uma reflexão da hegemonia burocrática no tocante ao modelo político e sua influência no regimento de relações estruturais com o Estado. Observa-se uma não-representatividade popular que configura tradições de teor mercantilista, absolutista e de imperialismo português. Um aprofundamento sociológico na liberdade relativa que é proporcionada as elites nos trâmites estatais, uma reflexão sugerida à luz da legitimidade identitária e das mazelas que integram o binômio elite- Estado.

A Elite Imperial é apontada como o principal responsável pela “construção da ordem” do Estado brasileiro, uma jurisdição que passa pelo notório saber dos bacharéis em direito, advogados e magistrados da época: uma política marcada por interesses desenvolvida no Estado absolutista e no Estado liberal. Através da predominância dos magistrados na elite política, foi possível o surgimento da consolidação do Estado nacional (CARVALHO, 2007).

Não se pode negar, entretanto, que a coerção-persuasão retrata a criação de um Estado para além do enriquecimento político, há de se observar a burocracia civil e militar, os parlamentos, as classes, estamentos, o recuo do poder da igreja como fatores superados por uma nova ordem de dominação, a classificação conjuntural do Estado Moderno, uma ideologia que transcende o hereditário.

REFERÊNCIAS

BARAÚNA, R. S. **Autonomia Monitorada: O FUNDESCOLA e a Gestão da Educação Municipal**. UFBA, 2009.

BEZERRA, M. O. **Corrupção e Produção do Estado**. REPOCS, v.14, n.27, jan/jun. 2017, p. 99-129.

_____. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

_____. **Corrupção e Produção do Estado**. REPOCS, v.14, n.27, jan/jun. 2017, p. 99-129.

BEZERRA, M. O. Bourdieu, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Revista da História, nº 173, jul-dez. São Paulo, 2015.

BEZERRA, Marcos O. **Representantes políticos, relações pessoais e reputação.** In: Seidl, Ernesto; Grill, Igor G. (Org.). *As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 279-318.

BEZERRA, Marcos Otávio. Bourdieu, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo.** São Paulo, Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BRIQUET, J. L. **Pertencimentos locais, experiências cotidianas e práticas políticas:** clientelismo e politização na Córsega (séculos XIX e XX). *Repocs*, v 14, n27, jan/jun, 2017.

BUARQUE, Cristóvam. **A Revolução na Educação – Escola Igual para Todos.** Brasília, nov/2007.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Os Bestializados.** São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. **A Construção da Ordem.** A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Teatro de Sombras.** A Política Imperial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Fortuna e Virtu no Golpe de 1964.** Academia Brasileira de Letras. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro, 2014.

CONNIFF, L. Michael. **A elite nacional.** In: HEINZ, F. *Por Outra História das Elites.* São Paulo: FGV, 2006. pp. 99- DEZALAY, Y. & GARTH, B. *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys".* Paris, Seuil, 2002.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. **A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado:** processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do estado. *RBCS*, vol.15, nº 43, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

HEINZ, F. *Por outra história das elites.* São Paulo: FGV, 2006.

HONNETH, Axel. (1995), **The Struggle for Recognition.** *The Moral Grammar of Social Conflicts.* Cambridge, MIT Press.

JURT, J. O **Brasil: um estado-nação a ser construído**. O papel dos símbolos nacionais, do império à república. In: MANA 18(3): 471-509, 2012.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, Fernando L.; **Política e burocracia no presidencialismo brasileiro**: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1990, vol.14, n.41, pp.69-89. ISSN 1806-9053.

LYNCH, C. E. C. Do Despotismo da Gentilha à Democracia da Gravata Lavada: **História do Conceito de Democracia no Brasil** (1770-1870). In.: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, pp. 355 a 390.

MORICE, A. **Lesmaitres de l'informel**. In: LAUTIER, B.; MIRAS C.; MORICE, A. *L'Etat et l'Informel*, Paris: L'Harmattan, 1991, p. 143-206.

NOVAIS, Fernando, **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial**. IN **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1969.

NOVAIS, Fernando. **O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial**. In: *Brasil em Perspectiva* (org. Carlos G. Bota). Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1975, t. III, v. 1.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**: política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979. 138p.

STEINMENTZ, George. **État - mort, État - fort, État - empire**. In *Actes de la recherche en sciences sociales*. January 2014.

STEINMENTZ, George. **Empire et Domination Mondiale**. In *Actes de la recherche en sciences sociales*. 2008/1.

VIANA, L. W. **O Estado Novo do PT**. Gramsci e o Brasil. Julho/2007.

VIDAL, D. A Linguagem do Respeito. **A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas**. In.: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, 2003, pp. 265 a 287.